

2

O livro didático como gênero discursivo

Este capítulo trata do LD visto como um gênero discursivo e das suas características específicas que o diferenciam de outros gêneros. Esse tópico está relacionado à autoria pelo fato de que compreender esse gênero e o seu funcionamento dentro dos sistemas e nas circunstâncias as quais os LDs são desenhados pode realçar a ocorrência ou não de possíveis entraves ao exercício da criatividade e da tarefa de escrever de forma inovadora.

O LD devido à sua função na prática escolar abrange em sua forma e conteúdo elementos de interesses sociais, políticos, pedagógicos e econômicos. Sendo assim, entende-se o LD como um produto que deva satisfazer expectativas de venda, de veiculação de valores e também como um instrumento de formação de condutas pedagógicas na medida em que orienta práticas de leitura e interpretação de texto e correção de exercícios, por exemplo. Em regiões carentes e entre professores com baixa capacitação o LD muitas vezes representa o único recurso pedagógico disponível.

Apesar da sua importância, segundo Correa (2000, p. 12), uma das características do LD remete ao anonimato devido entre outros, ao fato de ser descartado na medida em que cumpre sua finalidade escolar numa determinada série ou grau de ensino.

Paradoxalmente tal característica descartável, que é inerente à sua função, não subtrai por parte daqueles que utilizam o LD a demanda de qualidade e diretrizes de objetivos a serem atingidos. Quando se pensa num conteúdo imposto aos aprendizes através do LD se pensa também no controle das práticas didáticas relacionadas ao método de ensino que o próprio livro veicula, considerando-se que o professor cumpra a risca os procedimentos sugeridos, ou como queiram alguns, prescritos, pelo autor do livro.

Quanto ao fato de se entender o LD como um gênero discursivo, essa crença certamente convive com suposições controversas. Marcuschi (2003) defende a idéia central de que todo gênero tem um suporte, mas que a distinção entre os mesmos nem sempre é feita com precisão. De acordo com sua tese principal, Marcuschi (2003) considera o LD um suporte que engloba diferentes gêneros que mantêm suas funções e operam naquele contexto como exemplos para produção e compreensão textual. Apesar das divergências sobre o fato de o LD ser um gênero discursivo ou não, a análise do LD

como um gênero discursivo parece ser um recurso apropriado e elucidativo para se interpretar seus conteúdos e suas formas.

Apesar de lidarmos e estarmos expostos diariamente a uma gama enorme de gêneros: jornais, revistas, relatórios, brochuras, cartazes propagandísticos, cartas, telefonemas, entrevistas, entre tantos outros, elaborar um conceito para definir o que é gênero não constitui tarefa fácil. Bonini (2004) ressaltou essa complexidade comprovando dessa forma, a dificuldade de se chegar a um consenso em relação a uma definição adequada e definitiva sobre gêneros literários. Bonini (2004, p. 7 – 8) listou as várias significações possíveis em um quadro, dividido em unidades nucleares e suas propriedades, segundo seus respectivos teóricos, incluindo ele próprio:

	UNIDADE	PROPRIEDADES
(1) BAKHTIN, 1953	ação de linguagem (enunciado)	temática, estilo, composição.
(2) SWALES, 1990	ação de linguagem (evento comunicativo)	propósito, estrutura esquemática, conteúdo, estilo.
(3) BHATIA, 1993	ação de linguagem (instância de realização de um propósito comunicativo)	propósito, recursos discursivos e lingüísticos.
(4) BIBER, 1998	texto (classe de texto)	propósito, critérios externos.
(5) MEURER, 2000	texto (tipos específicos de textos)	funções, organização retórica, elementos contextuais.
(6) BRONCKART, 1997	texto (conjunto de textos)	-----
(7) BONINI, 2001 a	texto (formas estáveis e abrangentes)	forma, conteúdo.
(8) MAINGUENEAU, 1998	ritual (atividade ritualizada)	<i>status</i> (co/enunciadores), circunstâncias enunciativas, suporte, temática, extensão, modo de organização.
(9) MARCUSCHI, 1996	? (produto cultural, social e histórico)	práticas sociais.
(10) MARCUSCHI, 2002	? (noção propositadamente vaga)	conteúdo, propriedades funcionais, estilo, composição.
(11) BONINI, 2001 c	? (demarcador de uma unidade textual)	propósito, formas guias.
(12) BONINI, 2003 b	? (conjunto de elementos decorrentes de um processo de especificação significativa)	ação de linguagem no sentido de interação.

Nessa pesquisa a relevância do trabalho de Bonini (2004) está relacionada ao seu enfoque em outros gêneros do discurso que não os literários. A partir de seu quadro explicativo é possível verificar a diversidade de conceitos que suscitam ponderação a respeito do que se nomeia e interpreta como gênero.

A definição de Bakhtin (1992), que já em meados dos anos 1950 tratava o discurso como uma ação de linguagem, será seguida nesta pesquisa por ser a mais coerente com os objetivos desse trabalho. Bakhtin (1992, p. 279) em seu ensaio *Estética da Criação Verbal* trata da problemática e definição dos gêneros da seguinte forma:

A utilização da língua em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente, é claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.

Ainda como justificativa para se adotar no presente trabalho a conceituação de Bakhtin (1992) sobre gêneros importa levar em consideração a distinção entre o gênero de discurso primário e o gênero de discurso secundário. Segundo Bakhtin:

Os gêneros secundários do discurso – o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. (Bakhtin, 1992, p. 281)

Sendo assim, em relação ao LD é possível considera-lo um gênero secundário que incorpora gêneros primários como diálogos, e-mails, anúncios e formulários diversos, entre outros, com o objetivo de “ensinar” suas escritas e suas funcionalidades, inseridos em formas de comunicação social e culturalmente reconhecíveis.

No caso do LD sua função é a de “ensinar conteúdo”, mas isso é dito grosso modo. Na realidade se ensina valores subjacentes a esses conteúdos. Atualmente a função do LD é consideravelmente ampla. O LD se propõe veicular conteúdos (e valores) e também a enaltecer a reflexão e o pensamento crítico, a propiciar o enfoque sociointeracional da linguagem, ser informativo, servir como plano de aula para o professor e propor procedimentos a partir de um método definido. Sendo assim se constitui um recurso pedagógico de propósitos múltiplos.

Além do conteúdo, o LD assim como os demais gêneros discursivos pode ser também identificado por sua forma. O que caracteriza o LD como um gênero não são somente os textos, mas também o formato e as características externas que o gênero apresenta. Um exemplar de LD de geografia para a quarta série do primeiro ciclo do ensino fundamental, por exemplo, além dos conteúdos pertinentes a matéria, contém

ilustrações de mapas do planeta Terra e do Brasil, gráficos e tabelas sobre números da população brasileira, ilustrações de aspectos naturais do Brasil, textos, exercícios de compreensão e discussão dos textos, ou seja, elementos que além do conteúdo, caracterizam o livro como um livro didático de geografia.

Já o LD de LI, por sua vez, normalmente contém: uma tabela de conteúdos dividida em tópicos de gramática, função, vocabulário e pronúncia; diálogos nas formas escrita e oral utilizados como ferramenta para a apresentação de vocabulário e estruturas gramaticais; tabelas de tempos verbais em anexos; exercícios em seqüências mais ou menos fixas para desenvolver as habilidades *listening – speaking – reading – writing*; lições de revisão; glossário de palavras com transcrição fonética; entre outros elementos característicos.

Johns (2002, p. 13) argumenta: “... A forma, assim como outros traços textuais é fortemente influenciada pelas convenções de um gênero e de uma situação particular na qual o texto está sendo produzido.” A autora também acredita que os textos têm um propósito e que suas funções são ao menos parcialmente determinadas pelo contexto e pela comunidade muito antes do escritor ou leitor começar a processá-los. Somado a isso as convenções que regulam os formatos dos textos estão frequentemente sujeitas às restrições da comunidade, e o escritor precisa considerar essas fronteiras.

No caso do LD de LI esse formato pode variar bastante a custa do método utilizado para o “ensino” da língua. Leffa (1988) esclarece a diferença entre método e abordagem:

Abordagem é o termo mais abrangente e engloba os pressupostos teóricos acerca da língua e da aprendizagem. As abordagens variam na medida em que variam esses pressupostos. O pressuposto, por exemplo, de que a língua é uma resposta automática a um estímulo e de que a aprendizagem se dá pela automatização dessas respostas vai gerar uma determinada abordagem para o ensino de línguas – que será diferente da abordagem gerada pela crença de que a língua é uma atividade cognitiva e de que a aprendizagem se dá pela internalização das regras que geram essa atividade. O método tem uma abrangência mais restrita e pode estar contido dentro de uma abordagem. Não trata dos pressupostos teóricos da aprendizagem de línguas, mas de normas de aplicação desses pressupostos. O método, por exemplo, pode envolver regras para a seleção, ordenação e apresentação dos itens lingüísticos, bem como normas para a elaboração de um determinado curso. (Leffa, 1988, p. 211 – 212)

Desse modo, espera-se que o autor elabore seu livro a partir de determinada abordagem. Como um dos objetivos desse trabalho é o de investigar se essa é uma escolha do próprio autor ou de participantes da cadeia editorial, cabe ressaltar duas visões sobre o papel do autor em relação ao método subjacente ao seu LD. A primeira

delas é aquela que confere ao autor o papel de responsável pela escolha da abordagem e conseqüentemente do método. A segunda é aquela em que o autor não possui autonomia para designar a abordagem que servirá como pressuposto teórico para a elaboração do material, mas ainda assim lhe é “permitido” criar o método.

Vassilakis (1997), ele próprio um autor de LD para o ensino de LI como língua estrangeira, ao citar Prabhu (1987) faz uma referência a essas duas visões que conferem ao autor ao mesmo tempo o papel de “vilão” e de “vítima” do mercado de produção de LDs. Vassilakis lembra que para Prabhu tais LDs são materiais pré-fabricados e dessa forma asseguram grande uniformidade no que ocorre em diferentes salas de aula com diferentes professores e alunos. Assim, para Prabhu o professor torna-se um transmissor de conteúdos com pouca autonomia para decidir sobre os eventos da sala de aula.

Pois bem, espera-se que o LD como gênero discursivo seja um instrumento que propicie ações comunicativas entre professores, alunos e coordenadores de ensino. Como tal, esse “produto” precisa contemplar o maior número possível de expectativas das classes de indivíduos que irão utilizá-lo. A abordagem de Bazerman (2005) sobre gêneros, a partir dos aspectos sociopolíticos envolvidos nas realizações das formas textuais que permeiam nosso dia-a-dia, é de grande valia para exemplificar a relação do autor de LD com os demais participantes do processo de finalização do livro. Tomemos o trecho a seguir para análise:

Uma pessoa (conhecida como o autor) escreve um texto e manda pelos correios para outra pessoa (conhecida como o editor), responsável por organizar textos numa revista. O editor, precisando tomar uma decisão sobre a publicação ou não do artigo, manda-o para outra pessoa (conhecida como parecerista), que avalia e revisa o texto etc. A produção real e a circulação do objeto discursivo de um texto escrito fornecem um ponto comum de atenção para as diferentes ações e atividades que cada um realiza com respeito ao texto, moldando o papel e as relações dos vários participantes e orientando suas percepções e cognições individuais. (Bazerman, 2005, p. 133)

É coerente perceber que todo exemplar de um gênero discursivo está sujeito a influenciar e a ser influenciado por seus usuários, daí o caráter dinâmico dos LDs (no sentido de serem revisados e reeditados periodicamente) na época contemporânea, onde os conhecimentos passam por constantes reformulações. Embora caracterizado por possuir enunciados instituídos, o gênero ao mesmo tempo é flexível e dinâmico em si mesmo. Seu repertório discursivo pode ir se diversificando conforme vai mudando sua funcionalidade nas esferas sociais em que está inserido. Nesses momentos ocorrem transmutações que conferem diferenciação ao gênero até que essas inovações sejam por

sua vez também assimiladas. Os autores, portanto, são os porta-vozes dessas transformações por meio das suas escritas.

Essas concepções podem ser confirmadas nas afirmações de Bazerman (*op. cit.*) sobre o caráter sócio-interativo dos gêneros e do papel dos indivíduos na construção de sentidos.

Em relação ao autor se o pensarmos como indivíduo, consequentemente esse olhar nos remete a sua individualidade. Bakhtin (1986) discorre a esse respeito da seguinte forma:

O enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunidade verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras, possui um estilo individual. Mas nem todos os gêneros são igualmente aptos para refletir a individualidade na língua do enunciado, ou seja, nem todos são propícios ao estilo individual... (Bakhtin, 1986, p. 283).

Possivelmente haja fundamento em considerarmos o LD um gênero discursivo “não propício” ao estilo individual. Contudo, o mesmo Bakhtin ao enfatizar o caráter comunicativo do texto nos oferece embasamento teórico que enfatiza a presença do sujeito criador. E é provável que este indivíduo não se caracterize como sendo um mero artesão que manuseia palavras como um autômato, mas sim como um pensador, um ente criativo. Ao mencionar Bakhtin (1986) mais uma vez é possível cogitar sobre a existência e ainda mais, sobre a importância do autor como profissional:

As obras de construção complexa e as obras especializadas pertencentes aos vários gêneros das ciências e das artes, apesar de tudo o que as distingue da réplica do diálogo, são, por sua natureza, unidades da comunicação verbal (...) – o *autor* da obra – manifesta sua individualidade, sua visão do mundo, em cada um dos elementos estilísticos do desígnio que presidia à sua obra. Esse cunho de individualidade apostado à obra é justamente o que cria as fronteiras internas específicas que, no processo da comunicação verbal, a distinguem das outras obras com as quais se relaciona dentro de uma dada esfera cultural – as obras dos antecessores, nas quais o autor se apóia, as obras de igual tendência, as obras de tendência oposta, com as quais o autor luta, etc. (Bakhtin, 1986, p. 298)

Além de tratar da individualidade e identidade do autor, os postulados elaborados por Bakhtin possibilitam uma avaliação dos traços intertextuais como integrantes do ato de criação:

A obra é um elo na cadeia da comunicação verbal; do mesmo modo que a réplica do diálogo, ela se relaciona com as outras obras-enunciados; com aquelas a que ela responde e com aquelas que lhe respondem e, ao mesmo tempo, nisso semelhante à réplica do diálogo, a obra está separada das outras

pela fronteira absoluta da alternância dos sujeitos falantes. (Bakhtin, 1986, p. 298).

Assim, é possível considerar que as semelhanças de conteúdo e estilo que ocorrem algumas vezes entre os LDs se devam não à falta de ineditismo das idéias, mas ao caráter dinâmico do texto, que embora escrito, também se pauta pela interação entre autores e leitores – fato esse que implica na ocorrência de “diálogos” semelhantes dentro de uma mesma comunidade discursiva. Outro fator relacionado a uma possível conformidade de estilos talvez se deva à abordagem de conteúdos institucionalizados através de um discurso que é próprio do gênero.

Perrota (2004, p. 47) exemplifica a prática de reprodução de idéias fazendo menção a certa carta do escritor Mário de Andrade escrita para o colega Oneyda Alvarenga.

Não sou de forma alguma contra o plágio em trabalhos de qualquer natureza, e muito tenho plagiado. Já roubei idéias artísticas, processos literários e pensamentos críticos (...). O plágio tem qualidades ótimas: enriquece a gente, desentorpece uma exposição intelectual do excesso de citações, permite a gente melhorar idéias alheias boas, mas mal expressas incidentalmente. (Andrade, 1939, *apud* Espinheira Filho, 2001, p. 34 -35 *apud* Perrota 2004, p. 47)

Argumentar a favor da intertextualidade pode enfraquecer a idéia da existência de um autor inspirado imbuído de um gênio criador. Essa colocação pode ainda subsidiar o conceito de que os autores propriamente não escrevem livros, simplesmente manufaturam enunciados de forma mecânica, e predeterminada.

As colocações de Bakhtin (1973, p. 167) *apud* Ivanic (1998, p. 50) sobre intertextualidade tratam o uso da língua como um ato que não é isento nem “puro”:

Quando cada membro de uma coletividade de falantes se apodera de uma palavra, não se trata de uma palavra neutra da língua, livre de aspirações e julgamento dos outros, inabitada de outras vozes. Não, ele [pronome genérico do tradutor] recebe a palavra da voz de um outro, e a palavra está repleta daquela voz. A palavra chega ao contexto dele de um outro contexto saturado das interpretações de outras pessoas. O próprio pensamento dele encontra a palavra já habitada. (Bakhtin, 1973, p. 167, minha tradução).¹

O fato de os LDs de LI abordarem temas atuais e seguirem a metodologia mais “em voga no momento” podem levar ao reconhecimento de um ou outro traço

¹ When each member of a collective of speakers takes possession of a word, it is not a neutral word of language, free from the aspirations and valuations of others, uninhabited by foreign voices. No, he [translator's generic pronoun] receives the word from the voice of another, and the word is filled with that voice. The word arrives in his context from another context saturated with other people's interpretations. His own thought finds the word already inhabited. (Bakhtin, 1973, p. 167).

“compartilhado”, o que de certa forma os identificam como exemplares de um gênero discursivo, contudo essas semelhanças provavelmente não se constituem como comprovações de que não ocorra um processo elaborado e duradouro de criação por parte do autor.

2.1

Resumo

Nesse capítulo o LD de LI como LE foi considerado um gênero discursivo que por sua vez abarca outros gêneros também.

A importância de se identificar o LD como um exemplo de gênero discursivo nessa presente pesquisa é em razão de especular-se sobre o possível caráter coercitivo dos gêneros sobre a escrita, o qual poderia criar padronizações das formas e dos conteúdos elaborados pelo autor e seus colaboradores, pois que um LD para o ensino de LI como LE, para ser dessa forma reconhecido, precisa apresentar certos elementos que o caracterizam como tal e o torna reconhecido e aceito pelo seu público-alvo.

Vieram à tona questões sobre intertextualidade e “compartilhamento” e “repetições” de idéias entre autores devido a uma suposta conformidade às normas discursivas ditadas por esse gênero especificamente, assim como podem ocorrer com outros gêneros discursivos.

Ao mesmo tempo foi mencionado o caráter dialógico do texto como uma alternativa a essa provável concordância, pois no LD também podem ser “ouvidas” outras vozes além da do autor, como as dos professores e dos aprendizes. E somado a essa noção mencionou-se que essas diversas vozes conferem flexibilidade e plasticidade ao LD como gênero discursivo.